

QUEM ENSINA EM SÃO PAULO?

A força de trabalho que sustenta a escola

Camada profunda — Relatório nº 2 | São Paulo

Há uma pergunta que precisa vir antes de qualquer avaliação sobre a educação paulista:

quem ensina?

A resposta não cabe em um único número.

Dizer que São Paulo possui centenas de milhares de docentes informa o tamanho da força de trabalho, mas esconde sua anatomia. E, para compreender uma rede educacional de quase 5 mil escolas e milhões de estudantes, essa anatomia é decisiva.

Na rede estadual paulista, o próprio sistema oficial distingue diferentes situações funcionais: professores efetivos, estáveis, ocupantes de função-atividade, contratados temporariamente e eventuais.

A SEDUC identifica, entre outras, as categorias A, P, N, F, S, L, O e V. A categoria A corresponde aos titulares de cargo efetivos; P e N correspondem a diferentes formas de estabilidade; F, S e L são vínculos não efetivos historicamente constituídos; O identifica docentes contratados temporariamente; e V, professores contratados para aulas eventuais.

Essa diversidade não é apenas uma questão administrativa.

Ela é parte da estrutura pedagógica da escola.

O professor não é uma peça intercambiável

Uma escola precisa de continuidade.

O estudante precisa encontrar professores que conheçam a escola, seus colegas, seu território, suas dificuldades e seus projetos. Precisa de profissionais que tenham tempo para planejar, acompanhar, avaliar, conversar com famílias, trabalhar coletivamente e construir uma relação pedagógica que não se desfaça a cada mudança de contrato.

Por isso, a discussão sobre força de trabalho educacional não pode ser reduzida à quantidade de professores disponíveis.

É preciso perguntar:

quantos são?

Que vínculo possuem?

Onde trabalham?

Quantas horas trabalham?

Quantos estudantes atendem?

Quanto recebem?

Quanto tempo permanecem na mesma escola?

Quanto acumulam jornadas?

Quanto estão afastados ou readaptados?

Quanto exercem funções pedagógicas, administrativas ou de apoio?

E, sobretudo:

quanto da capacidade profissional instalada chega efetivamente à sala de aula?

A escola começa no vínculo

As regras de atribuição de aulas para 2026 mostram a dimensão dessa arquitetura.

O processo oficial contempla docentes efetivos, não efetivos, contratados e candidatos à contratação. A própria regulamentação estabelece diferentes etapas para esses grupos e organiza sua participação conforme a situação funcional.

Há, portanto, uma escola que funciona com diferentes graus de estabilidade profissional.

Isso importa porque **vínculo é também infraestrutura educacional**.

Uma rede pode ter professores altamente qualificados, mas, se uma parcela significativa vive sob sucessivas mudanças de escola, jornada ou contrato, a capacidade de construir continuidade pedagógica diminui.

A estabilidade, entretanto, também não pode ser confundida automaticamente com qualidade.

Um sistema inteligente precisa combinar:

estabilidade + formação + condições de trabalho + acompanhamento + autonomia profissional + responsabilidade pedagógica.

O objetivo não é proteger cargos.

É proteger a aprendizagem.

A nova régua da atribuição

Em 2026, São Paulo passou a utilizar, no processo de atribuição, uma composição que considera tempo de serviço, presença em sala, desenvolvimento, jornada ou carga horária, titulação acadêmica e avaliação de desempenho. Segundo a SEDUC, os pesos são, respectivamente, 20%, 20%, 20%, 2,5%, 7,5% e 30%.

A mudança merece atenção.

Ela revela uma tentativa de deslocar a discussão da simples antiguidade para uma combinação de permanência, formação e desempenho.

Mas também cria uma pergunta maior:

como avaliar o trabalho docente sem transformar a escola em uma máquina de pontuação?

A resposta não pode estar apenas no indicador.

A avaliação precisa ser capaz de reconhecer a complexidade do trabalho pedagógico: o professor que ensina, acompanha, recupera, inclui, orienta, planeja e trabalha em equipe.

O professor readaptado também pertence à escola

Outro ponto frequentemente invisível nas estatísticas é o professor readaptado.

A readaptação não deve ser tratada simplesmente como ausência da função docente.

Em determinadas condições, o profissional pode desempenhar atividades compatíveis com sua situação funcional e continuar contribuindo para a vida escolar.

Isso exige uma mudança de olhar.

Em vez de perguntar apenas:

“quantos professores estão fora da sala de aula?”

é preciso perguntar:

“que trabalho educacional esses profissionais estão realizando?”

A resposta pode revelar uma capacidade humana hoje subutilizada ou mal organizada.

O sistema precisa conhecer essa força de trabalho, suas funções, sua distribuição e seu potencial.

O custo da força de trabalho

Professor também é orçamento.

A folha de pessoal é uma das maiores estruturas de despesa de qualquer sistema público de ensino. Mas o custo não deve ser analisado somente como gasto.

É investimento em capacidade instalada.

O Portal da Transparência paulista permite consultar remuneração, situação funcional, órgão, cargo e séries históricas de servidores públicos estaduais, inclusive arquivos mensais de remuneração.

Isso permite construir uma pergunta fundamental para a inteligência educacional:

quanto São Paulo investe em sua força docente e quanto desse investimento se transforma em tempo pedagógico, permanência, formação e aprendizagem?

Essa é uma das contas que o Relatório nº 2 precisa abrir.

Não basta saber quanto custa o professor.

É preciso saber **o que a rede consegue fazer com esse investimento.**

A equação professor–estudante

O equilíbrio entre professor e estudante é uma das colunas da escola.

Mas não se trata apenas da razão matemática entre número de docentes e número de estudantes.

Uma rede pode apresentar uma relação aparentemente confortável e, ainda assim, enfrentar falta de professores em determinadas disciplinas, excesso de deslocamentos, jornadas fragmentadas, contratos instáveis ou concentração de profissionais em determinados territórios.

Por isso, o indicador precisa ser territorializado.

São Paulo tem **645 municípios**.

A anatomia docente precisa ser aberta município por município, distinguindo:

- rede estadual;
- redes municipais;
- rede federal;
- rede privada;
- etapas de ensino;
- modalidades;
- vínculo profissional;
- jornada;
- remuneração;
- formação;
- distribuição territorial.

Só então será possível saber onde existe equilíbrio e onde existe déficit.

A pergunta que interessa

A grande pergunta do Relatório nº 2 não é:

“São Paulo tem professores suficientes?”

É maior.

São Paulo tem professores suficientes, adequadamente distribuídos, suficientemente estáveis, bem formados, valorizados e apoiados para garantir o direito de aprendizagem de seus estudantes?

Essa pergunta muda a leitura dos números.

Porque o professor não é uma variável externa à escola.

Ele é parte da própria capacidade de funcionamento do sistema.

Se o estudante está no centro da inteligência educacional, o professor precisa estar imediatamente atrás dele — não como obstáculo, custo ou simples recurso humano, mas como **agente profissional da aprendizagem**.

É por isso que a camada profunda deste relatório precisa colocar os dois lados da equação frente a frente:

quem aprende ↔ quem ensina.

Entre eles estão a escola, o território, o currículo, o tempo, o financiamento, a gestão e as condições de trabalho.

É dessa relação que emerge — ou não — a aprendizagem.

O próximo mapa: a anatomia dos 645 municípios

A etapa seguinte deste relatório deverá abrir a força de trabalho educacional paulista territorialmente.

Para cada município, a pergunta será:

quem ensina, em qual rede, para quantos estudantes, em quais etapas e sob quais condições de vínculo?

A partir daí, poderemos construir o verdadeiro mapa da força educacional paulista.

Não apenas **quantos professores existem**.

Mas **onde estão, quem são, como trabalham, quanto custam e que capacidade educacional representam**.

Esse é o ponto em que a estatística deixa de ser inventário.

E começa a se transformar em **Inteligência Educacional**.

Fontes de referência

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — Portal de Atendimento, categorias docentes e situações funcionais.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — Resolução SEDUC nº 132/2025, regras para atribuição de classes e aulas de 2026.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — atribuição de aulas e critérios para 2026.

Portal da Transparência do Estado de São Paulo — remuneração mensal e dados abertos de servidores públicos.

Nota editorial: os quantitativos consolidados por categoria, rede, município e situação funcional devem ser apresentados somente após conferência na base administrativa correspondente. O número total de docentes não deve ser utilizado como substituto dessa anatomia.